

*Ata da 28ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 03 de agosto de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de **discutir propostas de um novo Pacto Federativo**, proposta pelo Deputado Hildécio Meireles. A Mesa foi composta pelos Srs: Deputado Hildécio Meireles, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Deputado Fábio Souto; Vereador Heber Santana, Secretário de Relações Institucionais, representando o Prefeito ACM Neto; Deputado Federal Danilo Forte, Presidente da CEPACTO; Deputado Federal José Nunes; Deputado Federal Lúcio Vieira Lima; Deputado Federal Luiz Caetano; Deputado Federal Arthur Maia; Procurador Oscimar Torres, representando o Procurador Geral do Estado, Paulo Moreno; Obervan Rocha, Prefeito de Barra do Choça e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste; José Ronaldo, Prefeito de Feira de Santana; Eduardo Stranz, Representante da Confederação Nacional dos Municípios; Maria Quitéria, Prefeita de Cardeal da Silva e Presidente da UPB. O Sr. Presidente anunciou a execução do Hino Nacional. Destacou a importância da proposta do novo Pacto Federativo, avaliando que representará um avanço para o País, “especialmente para os municípios que dependem basicamente dos repasses financeiros oriundos da União e do Governo do Estado”. Tratou das dificuldades financeiras enfrentadas por vários prefeitos e, passou a Presidência dos trabalhos para o Deputado Hildécio Meireles. O Deputado Hildécio Meireles teceu considerações sobre o Pacto Federativo, prestando esclarecimentos sobre o sistema de rateio vigente, “que concentra a maior parte das receitas na União”. Afiançou que a maioria dos municípios brasileiros não tem recursos para custear as despesas e assegurou que se faz necessário “vontade política e coragem” para adotar um novo modelo de distribuição das receitas arrecadadas em todo o País. Disse que esta Sessão visa contribuir com o trabalho realizado no Congresso Nacional, avaliando que o novo Pacto vai assegurar um avanço na qualidade de vida do povo brasileiro. O Sr. Heber Santana destacou a importância do tema para o desenvolvimento do País, especialmente para a Região Nordeste, e tratou da baixa arrecadação de Salvador e das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Prefeito ACM Neto para gerir o Município. Apoiou a renovação do Pacto Federativo e encerrou ressaltando a necessidade de reavaliar a distribuição de receitas, possibilitando que os estados e os municípios correspondam as demandas da população de forma equitativa. O Deputado Federal Danilo Forte tratou da “crise moral, ética e econômica” que o Brasil enfrenta. Informou sobre as audiências públicas realizadas no Congresso Nacional e nos municípios com a finalidade de buscar alternativas para alterar o Pacto Federativo

vigente, apresentando as propostas que já foram aprovadas na Comissão Especial. Esclareceu que o quadro concentrador de receitas no Brasil vem desde o império e se perpetua até os dias atuais. Prestou esclarecimentos sobre a distribuição de renda nacional, assegurando que o Nordeste é a Região mais prejudicada, “mesmo com as conquistas sociais que reduziram as desigualdades sociais e regionais”. Informou que atualmente 85% da população brasileira vive nas cidades, o que ocasionou um aumento nas demandas, assegurando que muitos municípios não têm condições financeiras e nem capacidade de criação de tributos próprios para arcar com as despesas e vivem na dependência da União e do Estado para realizar investimentos básicos. Finalizou avaliando que se faz necessário um Estado federativo com melhor distribuição de recursos e crescimento uniforme. O Deputado Hildécio Meireles considerou que os deputados e prefeitos deveriam apoiar as medidas propostas pela Comissão Especial e deu depoimento acerca dos três períodos em que foi gestor municipal. Fez uma apresentação de dados abordando alguns temas que demonstram a forma discriminatória como as diferentes regiões do País são tratadas. Encerrou apresentando algumas propostas para serem analisadas pela Comissão Especial. O Deputado Federal Luiz Caetano considerou que a implantação da Comissão Especial para elaborar o novo Pacto Federativo foi uma grande vitória do Congresso Nacional e ressaltou a disparidade financeira que existe entre os municípios brasileiros. Avaliou que o Pacto Federativo será “uma guerra prolongada” e teceu considerações sobre a concentração de poder no Tribunal de Contas dos Municípios, que “na maioria das vezes prejudica o gestor”. Criticou a dificuldade que os municípios enfrentam para realizar uma licitação e finalizou analisando que a autonomia dos municípios contribuirá para reduzir a crise econômica do País. O Deputado Federal José Nunes lembrou que como Prefeito de Euclides da Cunha conheceu as dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios. Relatou que no primeiro mandato como deputado estadual apresentou um projeto, que foi acatado, propondo uma distribuição social dos recursos provenientes do ICMS e sugeriu que a Comissão Especial, no segundo semestre, avalie a PEC nº 78, de autoria dele, que visa melhorar a participação de estados e municípios no montante da arrecadação. Defendeu a mudança do Pacto Federativo e apresentou algumas ponderações acerca da aprovação das contas dos municípios pelo Tribunal de Contas, bem como sobre as leis oriundas da União e do Estado que geram despesas para os municípios. A Sra. Rosemma Maluf, Secretária de Ordem Pública do Município de Salvador, avaliou que o Sul e o Sudeste são privilegiados na implementação de políticas públicas e na captação de recursos. Ponderou que a Constituição de 1988, no artigo 165, já prevê equilíbrio na distribuição de recursos e finalizou cobrando mais políticas públicas para o Norte e o Nordeste. O Prefeito José Ronaldo elogiou o trabalho realizado pela Comissão Especial para debater o Pacto Federativo e ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos municípios para arcar com as despesas, especialmente os das Regiões Norte e Nordeste. Comentou algumas leis aprovadas no Congresso Nacional que causam impactos substanciais nas finanças municipais, assegurando que a maioria dos municípios não tem condições financeiras para fazer frente ao aumento das despesas,

fato que compromete a gestão de vários prefeitos. Chamou a atenção para a questão dos municípios que têm previdência própria, asseverando que apresentam um déficit “astronômico”, podendo no futuro não ter condições de pagar os aposentados. A Prefeita Maria Quitéria disse que a UPB apoia o trabalho da Comissão Especial por defender a autonomia dos municípios. Relatou algumas dificuldades enfrentadas pelos prefeitos para realizar ações e investimentos, tecendo considerações sobre a inelegibilidade que muitos gestores municipais enfrentarão nas próximas eleições. Pediu a colaboração de deputados estaduais e federais para que peçam a liberação de recursos para dar andamento a obras já iniciadas e avaliou que a mudança do Pacto Federativo representa a solução para os municípios, visto que a grande maioria não tem condições de se sustentar e vive do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Encerrou defendendo o direito de o prefeito exercer a função de forma digna. O Prefeito Oberdan Rocha solicitou que a Assembleia Legislativa reavalie a questão da distribuição de recursos do Estado no que concerne ao ICMS. Disse que o Pacto Federativo é uma causa que deve ser defendida pelos estados e municípios, tratando da situação dos prefeitos que podem ter seus nomes incluídos na Lei de Ficha Limpa em razão da rejeição das contas, por não conseguirem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal em decorrência da falta de recursos. O Deputado Federal Danilo Forte voltou a fazer uso da palavra para dizer que a valorização da cidadania passa pelos municípios. Considerou que a Comissão tem avançado e comentou a questão da distribuição dos royalties do petróleo. Por fim, agradeceu a esta Casa e ao Deputado Hildécio Meireles, a realização da Sessão. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –